

## ÍNDICE

A Vénia de Portugal ao Regime dos Banqueiros .....	11
Introdução .....	13
Porque andam os políticos todos tão crispados uns com os outros? .....	15
Paulo Núnzio no centro de uma guerra antiga entre PSD e CDS-PP? .....	19
No governo de Passos e Portas, a banca era com... Carlos Costa! .....	39
Portas, próximo de Ricardo Salgado? .....	43
Os casos judiciais que comprometeram politicamente o CDS .....	47
A quem aproveitou a compra dos submarinos alemães? ...	49
O Grupo Espírito Santo por detrás da crise política de 2013? .....	57
No local errado, à hora errada – uma versão inédita da crise política de 2013 .....	65
Uma relação tensa entre Passos e Salgado .....	75
E agora, a crise política explicada por Paulo Portas ....	85
Um «Vítor Gaspar de saias» nas Finanças .....	91
Salgado pede, Passos recua .....	99
Uma sucessão de convites demasiado tentadores .....	109
As lições dos banqueiros sobre como gerir o país .....	113
O banqueiro e as pressões sobre os jornalistas .....	117
Um prémio de jornalismo demasiado ostensivo .....	121
Estranhas notícias sobre magistrados e jornalistas .....	123
A quem aproveitou a divulgação das gravações do Conselho Superior do GES? .....	127
O destino do BES poderia ter sido outro? .....	133

«Carlos Costa teve coragem, quando ninguém levantava a voz» .....	147
Um banqueiro comprometido pode tornar-se um bom regulador? .....	149
Passos Coelho e a «velha maneira» de fazer política e negócios .....	159
Sinais de financiamentos partidários escondidos? .....	165
O José Sócrates da banca nacional .....	169
António José Seguro, a pessoa certa no lugar errado? ....	179
O estranho afastamento de Seguro da liderança do PS ....	181
António Costa seria o homem certo, na altura e no lugar certo? .....	187
Com Costa e Marcelo tudo teria sido diferente no caso BES/GES?.....	191
Um presidente amigo do Banqueiro do Regime?.....	195
De que lado estará Marcelo Rebelo de Sousa?.....	199
A voz incómoda de José Maria Ricciardi.....	205
Os políticos, amigos, jantam com os banqueiros.....	211
Os três ciclos da relação entre governos e bancos em dificuldades.....	215
Caixa Geral de contribuições? .....	237
Um sorvedouro de dinheiro dos contribuintes .....	247
O Estado fica com o Novo Banco mau e paga para vender o Novo Banco bom! .....	257
Um empréstimo com juros suaves, para reembolsar só depois de 2046 .....	265
Montepio, um pequeno grande problema .....	269
Conclusão .....	277
Nota final .....	281

*A todos os contribuintes que suportam o Estado português,  
uma justa e merecida homenagem pela abnegação e pelo  
esforço de pagar mais impostos que o devido por causa dos  
erros de boa parte da elite financeira, mas assegurando que os  
cidadãos mais desprotegidos continuam a ser apoiados.*



## A Vénia de Portugal ao Regime dos Banqueiros

O livro que explica outras razões até agora ocultas que estiveram por detrás da crise política de 2013;

Que mostra porque é que, nessa altura, Portugal esteve à beira de se tornar numa segunda Grécia;

Que ajuda a perceber as atitudes dos governantes e dos políticos em geral face à grave crise que o sistema bancário nacional atravessa desde 2007;

Que mostra de que maneira os sucessivos Governos e o Banco de Portugal foram reagindo e tentando resolver cada um dos casos graves que rebentaram na banca portuguesa; mostra como Ricardo Salgado e os seus pares influenciaram o regime e contribuíram para formar a predisposição dos responsáveis políticos para ajudar os bancos em dificuldades;

Que mostra que, por mais que os governantes portugueses e os responsáveis europeus prometam aos contribuintes que já não serão mais chamados a salvar bancos em dificuldades, estes acabam sempre por pagar os desmandos dos banqueiros, de uma forma ou de outra.



## Introdução

Este livro destina-se a ser desmentido.

Os protagonistas das histórias que vos vou contar estão vivos e de boa saúde, felizmente, mas para a maior parte deles continua a ser muito difícil, senão mesmo impossível, admitir que as coisas se passaram da maneira que fica relatada.

Por razões de segredo pessoal, sigilo profissional, fidelidade às empresas, partidos, causas e organizações a que pertenceram ou ainda pertencem, ou simplesmente por não quererem que a real motivação das atitudes que tomaram seja revelada, porque ainda lhes pode ser prejudicial, não é difícil imaginar que esses protagonistas vão desmentir o conteúdo deste livro, ou pelo menos simplesmente ignorá-lo, agir como se não existisse.

Impele-me o dever de verdade e, por isso, não poderia guardar por mais tempo a narrativa dos factos e a interpretação das ligações entre pontos afastados no tempo, no espaço e no modo, que pareciam e ainda hoje parecem desgarrados entre si, mas que acabam por fazer parte de um conjunto pleno de significado nas ligações entre acontecimentos e personalidades.

Essas ligações existiram, marcaram e continuam a marcar a nossa vida colectiva, mas a maior parte dos portugueses, dentro das fronteiras ou a partir do exterior, e dos observadores estrangeiros que tentam interpretar o que se passa no nosso país, têm dificuldade em perceber toda a sua extensão, impacto e influência.

É o que me proponho fazer neste livro: mostrar o elefante que existe na sala da política nacional.

O elefante da promiscuidade entre a banca e a política, que toda a gente sabe que existe mas de que quase ninguém quer falar, e que continua a dividir opiniões desde a base até ao topo da escala da sociedade portuguesa.

O elefante chama-se o Regime dos Banqueiros.

Um regime político, económico e social que foi moldado pelos mais importantes banqueiros e gestores do sector, com Ricardo Salgado à cabeça.

Este regime consiste, na sua essência, num conjunto de leis e normas que resultaram de perspectivas, predisposições, atitudes que fizeram e fazem parte da vida política portuguesa e que tiveram origem num determinado tipo de relacionamento entre os decisores políticos e os banqueiros mais influentes, a começar pelo ex-presidente do BES.

Este livro tenta dar respostas a perguntas sobre o tipo e a extensão das ligações que o banqueiro e os seus pares tinham e continuam a ter com a política portuguesa.

Muitas outras perguntas ficam feitas e ainda não têm resposta.

Apesar do seu alcance muito limitado, espero que este texto sirva de reflexão para melhorar alguma coisa no país, cujo povo merece bem melhor sorte do que a que tem tido com as suas elites.

Boa leitura.

## Porque andam os políticos todos tão crispados uns com os outros?

De onde vem a aversão de Marcelo Rebelo de Sousa a Pedro Passos Coelho, tão profunda que vários observadores e analistas até dizem que o presidente da República não descansará enquanto não conseguir afastar o actual líder da presidência do PSD?

Que razão escondida haverá para esta aversão já antiga, que tantas vezes vem ao de cima nas referências críticas à oposição e justificativas das decisões do governo actual?

Porque é que o presidente da República não perde uma oportunidade para apoiar e até justificar quase todas as medidas tomadas pelo primeiro-ministro, algumas delas bastante polémicas, como a resolução do Banif e a venda do Novo Banco, enquanto critica veladamente, ou até mesmo abertamente, o tipo de oposição que Pedro Passos Coelho faz ao actual Governo? Por exemplo, defendendo que é necessária mais «clareza de demarcação de alternativa de Governo», num claro menosprezo pelo papel do actual líder da oposição...

Por que razão, de cada vez que se descobre mais um documento ou alguém revela mais um pormenor sobre o caso BES/GES, quase todos os políticos, do Bloco de Esquerda ao CDS-PP, passando pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista, quase todos erguem a voz contra o governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, acusando-o de ter sido o principal responsável, ou pelo menos de ter sido tão responsável quanto Ricardo Salgado, pela derrocada do Banco Espírito Santo?

Por que razão se perdeu o sentido das proporções e se coloca a responsabilidade do «polícia» ao mesmo nível ou até acima da responsabilidade do gestor que provocou a falência fraudulenta do grupo e do banco e enganou tantos milhares de portugueses e até de investidores estrangeiros?

Mas se a animosidade dos partidos de esquerda contra Carlos Costa até parece fazer sentido por razões partidárias (foi Passos Coelho quem o indicou para um segundo mandato no Banco de Portugal, apesar de ter sido José Sócrates quem o indicou para o primeiro mandato), por que razão aparece o CDS-PP a alinhar ruidosamente com os partidos de esquerda nas críticas ao governador?

Por que razão vemos os partidos a atacar permanentemente Carlos Costa, embora raramente ou nunca ataquem Ricardo Salgado, o (não único mas mais destacado) responsável pela maior derrocada de um grupo económico em Portugal, pela queda do Banco do Regime e por alegadamente ter defraudado centenas de milhares de portugueses que, a ele e às equipas de gestão do BES e do GES, confiaram as suas poupanças?

Que pudor ou que outra razão obscura impede ainda hoje a generalidade dos políticos de esquerda e de direita, incluindo do CDS e de boa parte do PSD, de criticar abertamente os desmandos de alguns administradores ligados àquele grupo que tanto prejuízo provocaram e vão continuar a provocar durante muitos anos ao nosso país?

Por que razão é que os partidos de esquerda, que sempre criticaram o «Grande Capital» e os representantes máximos do capitalismo neoliberal desenfreado, os banqueiros, se encolhem, se retraem perante a possibilidade das Comissões Parlamentares de Inquérito começarem a analisar, um a um, os grandes créditos concedidos pelos principais bancos no período do crédito fácil, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos, argumentado que se trata de segredo profissional e de sigilo bancário e sugerindo que as consequências da quebra desse sigilo poderiam ser gravíssimas?

Por que razão é que gestores bancários que vêm da área política da direita, como Paulo Macedo, se recusam a dar à Justiça os

elementos que permitiriam averiguar quem emprestou a quem, com que cuidados ou garantias nos, últimos dez anos, no banco do Estado, a Caixa Geral de Depósitos?

Por que razão praticamente ninguém, nem de esquerda nem de direita, levanta a voz para criticar um dos mais ineficientes governadores do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, que esteve no cargo desde Fevereiro de 2000 até Maio de 2010, e que deixou que a concessão de crédito fosse desviada dos sectores mais sustentáveis da economia para a construção, o imobiliário e a compra de acções, por parte da CGD, do BCP, do BES, do Banif, do Montepio e de outros bancos que mais tarde entraram em graves dificuldades, precisamente por causa dessa deriva de crédito?

Os efeitos altamente destrutivos destes negócios ruinosos acabaram por cair nas contas do Estado e até nas carteiras dos contribuintes já durante o mandato de Carlos Costa, mas a maior parte dos erros foram cometidos durante o mandato de Vítor Constâncio. Na altura, porém, o governador em funções não ousou contrariar a ruínosa política de concessão de crédito bancário que fugia da área produtiva e sustentável da economia para a área especulativa.

Só quando rebentaram os casos das *off-shore* do BCP, da ocultação de prejuízos do BPN e das perdas irre recuperáveis do BPP nos mercados é que o estado de graça do então governador começou a desaparecer e as críticas se tornaram mais fortes.

Mas, apesar de tudo, o grau de intensidade da contestação a Vítor Constâncio nem de perto nem de longe chegou ao nível da contestação actual a Carlos Costa.

Por que razão PS, PCP e Bloco de Esquerda não quiseram inicialmente que a Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos convocasse Armando Vara, ex-administrador da instituição, para depor, acabando o PSD e o CDS por ter de usar o direito potestativo para o obrigar a ir depor?

Por que razão, após nove meses de investigação, já em Julho de 2017, a Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão e Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos produziu um relatório

preliminar de 337 páginas que não conseguiu apontar, nem sequer identificar, um único autor de uma trágica série de concessões de créditos ruinosos que deram origem à necessidade de se fazer a maior recapitalização da história do banco público e uma das maiores de sempre da história financeira do país?

Por que razão, ou razões, se acentuam ou exacerbam cada vez mais as diferenças entre os dois partidos do centro direita, PSD e CDS-PP, que governaram o país num dos períodos mais difíceis dos últimos 40 anos, e que levam os respectivos líderes, Passos Coelho e Assunção Cristas, a tomar posições e a fazer declarações em público que denunciam uma clara desconfiança e até uma certa agressividade mútua crescentes?

Por que razão decidiu a líder do CDS-PP, Assunção Cristas, concorrer ela própria à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, não esperando pela decisão do líder do PSD, Pedro Passos Coelho, que só mais tarde decidiu indicar Teresa Leal Coelho, reduzindo praticamente a zeros a hipótese dos partidos de centro direita, PSD e CDS-PP, tirarem a principal câmara do país das mãos do socialista Fernando Medina?

Porque é que os dois partidos andam assim, de costas voltadas, em escaramuças públicas permanentes, depois de terem governado o país em coligação e dessa forma terem conseguido que Portugal saísse do Programa de Assistência Financeira internacional antes do fim do calendário previsto, prescindindo até das duas últimas tranches do financiamento da Troika?

No momento em que a maior parte deste livro foi escrito, na Primavera de 2017, início do Verão, a caminho das eleições autárquicas de Outubro, multiplicam-se sinais de atitudes mutuamente críticas da parte dos dirigentes políticos do PSD e do CDS-PP, que parecem inapropriadas e incompreensíveis para a generalidade dos observadores.

Para lá da espuma dos dias, da animosidade, da divergência e da combatividade partidárias, naturais até dentro da mesma área ideológica, neste livro vamos investigar as razões para estas divergências públicas e notórias e para a estranheza das atitudes atrás referidas.